



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR CREDENCIAMENTO

CONTRATO N° 016/2016
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 002/2015

Instrumento contratual de contratação de serviços por credenciamento que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Mairipotaba-Go e **MÔNICA PEREIRA DA SILVA**.

Contrato de Credenciamento de Serviços de trabalhadores ligados as Unidades de Saúde municipais, no atendimento dos Programas e Ações de Saúde desenvolvidas no Município de Mairipotaba-Go, que entre si fazem, de um lado, O **MUNICÍPIO DE MAIRIPOTABA**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE MAIRIPOTABA (FMS)**, inscrito no CNPJ (MF) sob o n°. 01.933.462/0001-24, com sede administrativa na Rua João Manoel N°83 Centro CEP: 75.630-000, neste Município, neste ato representado pelo seu Gestor Sr. **LINDOMAR CLAUDINO BESSA**, brasileiro, portador do CPF (MF) n° 565.304.121-15 e CI-RG n° 2235792 SSP-GO, doravante denominado simplesmente de **CRENCIANTE** e de outro lado a senhora **MÔNICA PEREIRA DA SILVA**, pessoa física, residente e domiciliado à Rua Lafeiete Bittencourt Bairro Municipal CEP: 75.630-000 Maripotaba-Go, portador da RG n° 1.765.516 SSP-GO, CPF n°: 471.170.791-34 CRF-GO 2234, doravante denominado de **CRENCIADA**, têm justo e contratado, o que mutuamente aceitam e outorgam mediante as cláusulas seguintes:

I - FUNDAMENTO:

O presente credenciamento e firmado com dispensa de processo licitatório com base no **Caput do art. 25 da Lei Federal n. 8.666/93**, consolidada pela Lei n. 8.883/94, e ainda no termos das Resoluções do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e demais normas legais aplicáveis ao Edital de Credenciamento n. 002/2015

II – DO OBJETO:

É objeto do presente contrato, a prestação de serviços como Farmacêutica em regime de credenciamento, a fim de atender à população de Mairipotaba-Go, onde a CRENCIADA desenvolverá por este instrumento seus serviços constante no referido edital de credenciamento, nas unidades de saúde indicada pelo CRENCIANTE, consistindo especialmente nos procedimentos permitidos em lei e pelo conselho de classe respectivo, desde que propícias as condições materiais de trabalho.

III – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

3.1) DO CRENCIANTE:

3.1.1) Fiscalizar a execução dos serviços prestados, averiguando a qualidade;



3.1.2) Efetuar o pagamento conforme item V;

3.1.3) Descontar dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais;

3.1.4) Poderá o CREDENCIANTE sustar o pagamento, nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações da CREDENCIADA para com a CREDENCIANTE;

b) faltas sem justificativas;

3.2 – DA CREDENCIADA:

3.2.1) Prestar serviços conforme cargo escrito, na lotação determinada pelo CREDENCIANTE;

3.2.1) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

3.2.3) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CREDENCIANTE;

3.2.4) Substituir o profissional que não atender as expectativas da Administração, sem qualquer ônus.

IV - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Saúde, que fixará critérios visando à satisfação plena e correta das necessidades do CREDENCIANTE.

Fica designada a Sr^a Edirlene Maria Rodrigues, como Gestora CPF: nº 471.289.171-87, nomeada pelo Decreto nº 739/2015 de 02 de janeiro de 2015.

V – DA FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado, mensalmente, de acordo com a Tabela aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde.

O CREDENCIANTE deduzirá, por ocasião de cada pagamento, os impostos ou taxas que for de sua competência reter, nos termos da respectiva legislação.



VI – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

O presente contrato de credenciamento vigorará no período de 15 de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até no máximo 60 (sessenta) meses, Conforme determina a lei 8.666/93, art. 57, inciso II, mediante termo aditivo.

VII – DA NOTA DE EMPENHO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Para efeito de emissão da competente Nota de Empenho, estima-se em R\$ 30.569,00 (Trinta Mil Reais Quinhentos e Sessenta e Nove Reais) o valor global a ser despendido pelo CREDENCIANTE, durante a vigência deste instrumento, cujo pagamento será feito em 11 (Onze) parcelas mensais estimadas de R\$ 2.779,00 (Dois Mil Setecentos e Setenta e Nove Reais).

As despesas de que trata o presente instrumento ocorrerá à conta da Dotação Orçamentária: 19.10.301.1001.2.012.3.1.90.34

Parágrafo Único: o valor supracitado, por ser meramente estimativo e poderá ser aditivado ou suprimido, conforme definido pela Administração.

VIII – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

O presente instrumento contratual deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, nas normas do direito público e, no que couber, as normas da Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

IX - DA RESCISÃO DO CONTRATO

Configuram motivos para rescisão do contrato as razões descritas no art. 78, inciso I a XVIII.

A rescisão do contrato poderá ser:

- a) determinado por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, (observado o disposto no art. 80 da citada lei);
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) judicial, nos termos da legislação;

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

X – DAS ALTERAÇÕES/PRORROGAÇÕES

DA ALTERAÇÃO – Qualquer modificação de forma, qualidade e quantidade (supressão ou acréscimo), poderá ser determinada pela Administração Pública ou por acordo das partes nos casos previstos no artigo 65, I e II, da Lei nº 8.666./93, observado o limite estabelecido no parágrafo primeiro do referido dispositivo legal.



DA PRORROGAÇÃO – A vigência do contrato poderá ser prorrogada por acordo entre as partes, devendo, contudo, ser justificada e previamente autorizada pelo ordenador das despesas, contudo sendo limitada a 60 (sessenta) meses.

Toda alteração ou prorrogação deverá ser procedida por termo aditivo atendido ao disposto nos arts. 57 e 65 da Lei nº. 8.666, de 21 de 1993.

XI – DAS MULTAS/PENALIDADES:

DA MULTA – Sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Seção II, do Capítulo IV da Lei nº 8.666/93 o Credenciado poderá incorrer na multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do presente instrumento, à parte que descumprir qualquer cláusula ou condição nele ajustada.

DA PENALIDADE - Pela inexecução total ou parcial do contrato, além da aplicação da multa prevista deste Edital, poderá o CREDENCIANTE, garantida prévia defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, em processo administrativo, aplicar as seguintes sanções à CREDENCIADA:

- I - Advertência;
- II - Suspensão do direito de credenciar com a CREDENCIANTE em função da natureza e da gravidade da falta cometida, sendo:
 - a) Por 6 (seis) meses - quando a Credenciada recusar, injustificadamente, assinar o contrato ou recusar a cumprir com a proposta apresentada.
 - b) - Por 1 (um) ano - quando a credenciada prestar serviço de qualidade inferior ou diferente das especificações contidas no contrato.
 - c) Por até 2 (dois) anos, nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízos ao CREDENCIANTE.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o CONTRATANTE, considerando para tanto, reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade, bem como, por desacato a servidor do CONTRATANTE.

O ato de declaração de inidoneidade será proferido pela Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial do Estado, e perdurará enquanto durarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a Credenciada ressarcir ao Credenciante os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

XII – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

O Credenciamento a que se refere o presente instrumento é de caráter autônomo, não podendo a CREDENCIADA pleitear quaisquer direitos outros que não os aqui avençados.

O partícipe que pretender rescindir o presente contrato deverá manifestar sua intenção, por escrito, com antecedência de, pelo menos, 30 (trinta) dias, a



menos que seja obrigado por determinação judicial ou termo de ajuste de conduta com o Ministério Público Estadual.

XIII – DOS CASOS OMISSOS:

A presente avençada é regida pela Resolução Normativa 017/98 e Decisão Plenária 24/2000 do TCM – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e Lei nº 8.666, de 21/06/93, inclusive e especialmente os casos omissos neste instrumento.

XIV – DO FORO:

É competente o Foro da Comarca do contratante, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, digitou-se o presente contrato em 03 (três vias) de igual teor e forma, sendo que uma delas constituirá o arquivo cronológico da Prefeitura, que após lido e achado conforme pelas partes, na presença das testemunhas abaixo declaradas, foi em tudo aceite, sendo assinado pelas partes.

Mairipotaba – GO, 15 de fevereiro de 2016.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

CNPJ nº 01.933.462/0001-24

LINDOMAR CLAUDINO BESSA

CPF: nº 565.304.121-15

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Credenciante



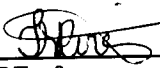
MÔNICA PEREIRA DA SILVA

CPF nº: 471.170.791-34

CRF-GO 2234

Credenciada

Testemunhas:

1. 

CPF nº.

2. 026.812.591-00
CPF nº. Alessandra Alves de Silva
033.239.651-75



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 016 /2016 de 15/02/2016.

Contrato de Prestação de Serviços Especializados na área da Saúde, como Farmacêutica, para atendimento, as Unidades de Saúde municipais, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS e MÔNICA PEREIRA DA SILVA.**

Contratante – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
Contratada – MÔNICA PEREIRA DA SILVA

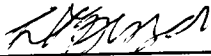
O objetivo deste contrato é de Prestação de serviços Especializados na área da Saúde, como Farmacêutica, para atendimento, as Unidades de Saúde municipais, na sede da CONTRATANTE, devendo ser obedecidas às exigências com dispensa de processo licitatório com base no **Caput do art. 25 da Lei Federal n 8.666/93**, consolidada pela Lei n. 8.883/94, e ainda nos termos das Resoluções do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e demais normas legais aplicáveis ao Edital de Credenciamento nº 002/2015.

Em especial o contrato nº 016 /2016, expedido pela Prefeitura Municipal de Mairipotaba-Go, através do Fundo Municipal de Saúde – FMS.

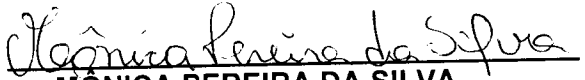
Pela Prestação de serviços Especializados previstos o Fundo Municipal de Saúde – FMS, pagará a CONTRATADA o importância de R\$ 30.569,00 (Trinta Mil Reais Quinhentos e Sessenta e Nove Reais)

As despesas decorrentes da execução do presente instrumento ocorrerão à conta da dotação orçamentária nº 19.10.301.1001.2.012.3.1.90.34, de acordo com as disposições na Lei Federal 4.320/64.

Prefeitura Municipal de Mairipotaba-Go, aos 04 dias de janeiro de 2016.

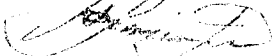


FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
CNPJ (MF) sob o nº. 01.933.462/0001-24
LINDOMAR CLAUDINO BESSA
CPF (MF) nº 565.304.121-15
Contratante



MÔNICA PEREIRA DA SILVA
CPF nº: 471.170.791-34
CRF-GO 2234
Contratada

Certifico que este foi publicado
No placard da Prefeitura em 15/02/2016



Secretaria Municipal de Administração

CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
DO ESTADO DE GOIÁS - CRE-GO
VISTO
2016
Presidente:
Fiscalização

[Handwritten signature]
Rosamaria de Oliveira Santos
Unidade de Serviços de Inscrição e Registro
CRF-650